

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.318 - DF
(2010/0014692-1)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
REQUERENTE : **UNIÃO**
REQUERIDO : **SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL**
ADVOGADO : **HUGO MENDES PLUTARCO E OUTRO(S) - DF025090**
INTERES. : **EVERTON LOPES NUNES**
INTERES. : **EXPEDITO RIBEIRO DE SOUSA FILHO**
INTERES. : **FABIANI FADEL BORIN**
INTERES. : **FERNANDA CECYN**
INTERES. : **FERNANDO NOGUEIRA GRAMANI**
INTERES. : **FILEMON ROSE DE OLIVEIRA**
INTERES. : **FLAVIA TARQUINIO ROCHA**
INTERES. : **FLAVIO ARAUJO PEREIRA**
INTERES. : **FREDERICO MATSUURA**
INTERES. : **GENEZIO FERNANDES VIEIRA**
INTERES. : **GERALDO RABELO DE SOUZA**
INTERES. : **GERSON DA COSTA**
INTERES. : **GILBERTO XAVIER RIBEIRO**
INTERES. : **GIULIANA MARIA DELFINO PINHEIRO LENZA**
INTERES. : **GLÁUCIA CRISTINA PERUCHI**
INTERES. : **GRACIELA MANZONI BASSETTO**
INTERES. : **GUIOMARI GARSON DA COSTA GARCIA**
INTERES. : **GUSTAVO LUVISON RIGO**
INTERES. : **HELIO SARAIVA FRANÇA**
INTERES. : **IARA ANTUNES VIANNA**
INTERES. : **IVAN RYS**
INTERES. : **IVANY DOS SANTOS FERREIRA**
INTERES. : **ISABELA SEIXAS SALUM**
INTERES. : **JACQUELINE CARNEIRO DA GRAÇA**
INTERES. : **JANE CRISTINA NASCIMENTO GUIMARÃES**
WANDERLEY
INTERES. : **JANINE MENELLI CARDOSO**
INTERES. : **JANIS MARIA SAFE SILVEIRA**
INTERES. : **JOÃO FERREIRA DE ASSIS**
INTERES. : **JOÃO LUIZ DE LAIA**

DECISÃO

Trata-se de execução ajuizada pelo SINDICATO NACIONAL DOS PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL em face da UNIÃO, objetivando o recebimento do resíduo de 3,17%, decorrente de reajustes de vencimentos.

Opostos embargos à execução, foram eles julgados parcialmente

procedentes com trânsito em julgado em 29/10/2018. Houve condenação de ambas as partes.

A Coordenadoria de Execução Judicial apresentou planilhas com os valores devidos e foram expedidas as requisições de pagamento.

Mediante a Petição n. 00057442/2020 (fls. 549-551), a UNIÃO requer o decote/abatimento, nas requisições expedidas, dos valores de honorários sucumbenciais devidos pelos substituídos. Aponta o princípio da efetividade e racionalização processual e adverte que não se trata de pedido de compensação, uma vez que não há coincidência entre o devedor principal (UNIÃO) e o credor dos honorários (advogado público). Por fim, requer seja determinada a penhora caso não seja esse o entendimento.

É o relatório. Decido.

O Código de Processo Civil disciplina a forma do cumprimento da sentença que fixa obrigação de pagar quantia certa. No caso, devem ser observadas as regras dos arts. 523 e seguintes e ser oportunizado à parte devedora que promova o pagamento voluntário ou, se assim entender, que apresente sua impugnação nos termos do art. 525 do CPC.

Entretanto, o próprio Sindicato, antecipadamente, indicou ser possível o decote da verba honorária sucumbencial devida à UNIÃO dos créditos reconhecidos em favor de seus substituídos (fl. 471). Confira-se:

"Inclusive, pode-se cogitar da possibilidade de decote desses valores devidos à União dos créditos reconhecidos em favor dos exequentes, com posterior repasse desses valores ao fundo de honorários advocatícios dos advogados públicos federais. Nesse caso, não haveria falar-se em incidência do óbice do § 14 do art. 85 do CPC, uma vez que não estariam sendo compensados honorários com honorários, e sim simplesmente descontados valores de honorários dos créditos devidos aos Exequentes, o que é corriqueiramente feito nos processos desta natureza."

Ante o exposto, **defiro** o pedido de fls. 549-551.

À Coordenadoria de Execução para as providências cabíveis.

Prejudicados os embargos de declaração de fls. 469-473.

Traslade-se cópia desta decisão para as RPVs relacionadas à fl. 546.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção